

## **O ENSINO FUNDAMENTAL NO CAMPO EM ITAPEJARA D'OESTE/PR: DA OFERTA AO FECHAMENTO/TENTATIVAS DE FECHAMENTO DAS ESCOLAS NO CAMPO**

Ivania Piva Mazur (autora)

*Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Francisco Beltrão - PR. E-mail:*  
[ivaniazinha\\_piva@hotmail.com](mailto:ivaniazinha_piva@hotmail.com)

Clésio Acilino Antonio (orientador)

*Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Francisco Beltrão – PR E-mail:*  
[clesioaa@hotmail.com](mailto:clesioaa@hotmail.com)

**RESUMO:** O presente artigo constitui-se enquanto um recorte da pesquisa concluída no ano de 2016, que investigou o processo de fechamento das escolas no campo do município de Itapejara D'Oeste, localizado na região Sudoeste do Estado do Paraná. A pesquisa fundamenta-se pela abordagem qualitativa de análise dialética das questões investigadas, das informações ou dados correspondentes a partir da tipologia metodológica de estudo de caso, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas e análise documental. Seu objetivo geral foi analisar o processo de fechamento e tentativas de fechamento das escolas com a oferta dos anos finais do Ensino Fundamental no campo em Itapejara D'Oeste. Diante da redução populacional do campo, principalmente, em decorrência da adoção de um modelo de agricultura excludente, expropriatório e exploratório, intensifica-se o processo de fechamento e tentativas de fechamento das escolas no campo sob o predomínio das justificativas e critérios econômico-quantitativos na gestão da política educacional para essas escolas, desconsiderando aspectos sociais e culturais que se fazem presentes na questão da oferta da educação no campo. Entre os resultados da pesquisa, constata-se uma grande dívida histórica com a educação dos povos do campo. O Ensino Fundamental, anos iniciais e anos finais, foi implantado no campo de forma precária e insuficiente, condição associada ao descaso dos poderes públicos com a educação da população do campo, evidenciado pelas necessárias ações de apoio financeiro dos moradores das comunidades para a manutenção e viabilização do funcionamento das instituições escolares. Evidencia-se também efeitos nocivos decorrentes do fechamento das escolas no campo sobre os sujeitos e comunidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola no campo, Ensino Fundamental no campo, Fechamento de escolas no campo.

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo foi elaborado a partir da pesquisa que realizamos no município de Itapejara D'Oeste, Região Sudoeste do Estado do Paraná, concluída no ano de 2016. A pesquisa fundamentou-se pela abordagem qualitativa de análise dialética das questões investigadas, das informações ou dados correspondentes a partir da tipologia metodológica de estudo de caso, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas e análise documental. Foi realizada abordando as duas únicas instituições escolares no campo que ofertaram os anos

finais do Ensino Fundamental na história do município<sup>1</sup>. Uma dessas teve suas atividades cessadas a partir de 1999 e a outra permanece em funcionamento, porém, vem enfrentando fortes tentativas de fechamento ao longo dos últimos anos. Embora com este recorte, a pesquisa demonstrou aspectos que o extrapolaram. Alguns deles trataremos neste artigo.

Itapejara D'Oeste possui uma população total de 10.532 habitantes (IBGE, 2015), sendo que 3.544 residem no campo, distribuídos em dezenove comunidades. Assim, 33,65% da população itapejarense ainda se mantém no campo, entretanto, apenas a comunidade de Barra Grande mantém suas duas escolas em funcionamento. As escolas compartilham o mesmo prédio e funcionam em dualidade administrativa, sendo que a Escola Municipal do Campo Valentim Biazussi oferta os anos iniciais do Ensino Fundamental e o Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes, atualmente, oferta os anos finais do Ensino Fundamental.

Discorreremos neste trabalho sobre a oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental no campo neste município, em seguida sobre a oferta dos anos finais do Ensino Fundamental no campo em Itapejara D'Oeste. Posteriormente abordamos a redução das matrículas no campo em decorrência da diminuição da população camponesa o que culminou nos processos de fechamento e tentativas de fechamento das escolas no campo do município.

Abordamos também aspectos relacionados à questão econômica-quantitativa que tem vigorado nos processos de fechamentos de escolas no campo, destacando a necessidade de se considerar aspectos sociais e culturais quando se trata dessa questão.

## **A OFERTA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO CAMPO EM ITAPEJARA D'OESTE**

A pesquisa realizada apontou a existência de 44 escolas no campo ao todo na história do município. Dentre essas, 42 escolas no campo foram fechadas em Itapejara D'Oeste!

Ressalta-se que do total de escolas no campo do município, com exceção das que integraram nosso estudo de caso (Escola Estadual de Lageado Bonito e Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes), as demais foram escolas limitadas à oferta dos anos iniciais do Ensino

---

<sup>1</sup> A Escola Estadual Carlos Gomes localizada na comunidade de Barra Grande passou a ofertar os anos finais do Ensino Fundamental a partir de 1973, como extensão da escola localizada na sede do município. Posteriormente, em 1982, por meio da Resolução Conjunta 75/82, com efeito retroativo a partir de 1981, ficou criada a Escola Carlos Gomes, mantida pelo Estado do Paraná, com autorização para ministrar o ensino completo do 1º Grau. A Escola Estadual de Lageado Bonito localizada na comunidade de Lageado Bonito foi criada e autorizada a funcionar, por meio da Resolução nº5.597/85 ofertando o ensino de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, de forma gradativa a partir de 1986.

Fundamental, eram multisseriadas, em sua maioria com um único professor e leigo, marcadas por múltiplas carências e altos índices de evasão e repetência.

Em âmbito nacional, de forma geral, a educação ofertada no campo historicamente tem sido marcada por essas características devido ao descaso do poder público.

Nossa pesquisa constatou isso, apontando também que pessoas da comunidade com o ensino primário, muitas vezes incompleto, trabalhavam como professores. Devido à dificuldade da época para se encontrar pessoas com estudo na região para assumir o cargo de professor, resultava que assumia uma professora que “mal e mal não sabia nem pra ela” e ainda precisava trabalhar com um grande número de alunos (CASIRAGHI, 2015)<sup>2</sup>, “[...] ninguém tinha estudo, aquele que tinha um pouco mais de conversa dava aula pro outro [...] (TOCHETO, 2016)<sup>3</sup>.

Os sujeitos entrevistados relatam ainda que os terrenos para a construção dos primeiros prédios escolares ainda em madeira, bem como os materiais necessários para a construção das escolas em estudo, foram doados por moradores do local que também construíram as escolas.

De acordo com Souza (2008), foram três os tipos de instituições educativas presentes no processo de difusão da escola primária durante o século XX – os grupos escolares<sup>4</sup>, as escolas isoladas e as escolas reunidas<sup>5</sup> – mas a expansão do ensino primário na maioria das regiões do país se deu através das escolas isoladas ou reunidas.

Nessas escolas um só professor ensinava diferentes classes de alunos, em diferentes níveis de conhecimentos e na mesma sala de aula. Isso constituía-se como uma das maiores dificuldades enfrentada pelos professores das escolas isoladas. De forma predominante essas escolas foram instaladas em regiões de populações menos densas, bairros populares e principalmente em áreas rurais (SOUZA, 2008).

As escolas isoladas ofertavam o ensino primário com duração de três anos<sup>6</sup>, ficaram conhecidas por serem escolas alfabetizantes e caracterizaram-se por serem limitadas em suas

---

<sup>2</sup> O senhor Arlindo Casiraghi é morador da comunidade de Barra Grande desde 1952. Concedeu-nos entrevista na data de 09/06/2015.

<sup>3</sup> Senhor Natal Tocheto é morador da comunidade de Lageado Bonito desde o ano de 1948. A família Tocheto nos concedeu entrevista nos dias 17/06/2015 e 15/02/2016.

<sup>4</sup> Os grupos escolares eram instalados nos centros urbanos, em prédios específicos para este fim, com várias salas de aula, vários professores (estes normalistas e melhor remunerados), continham uma classificação mais homogênea de alunos de acordo com seus níveis de adiantamento, cada professor possuía sua classe de alunos. Os grupos escolares também se caracterizavam por ofertar um ensino primário com duração de quatro anos (SOUZA, 2008).

<sup>5</sup> A denominação de escola reunida dava-se quando escolas isoladas eram juntadas em um mesmo local, possibilitando a divisão do trabalho e a diminuição dos custos.

<sup>6</sup> No caso pesquisado, eram ofertados, na maioria das escolas, os quatro primeiros anos do Ensino Fundamental.

finalidades, programas mais simplificados e escolas muito carentes em diversos aspectos. Para Souza (2008), a institucionalização da escola primária no Brasil foi um processo contraditório, uma vez que embora estivesse destinada às camadas populares, reproduziu uma educação fortemente excludente e hierarquizada. Além disso, a democratização da educação primária apresentou diversos problemas: insuficiência de vagas, precariedade da rede de escolas públicas, altos índices de repetência e evasão que denunciavam a enorme seletividade escolar, má qualidade da formação dos professores primários, baixos salários, precárias condições de trabalho, tradicionalismo nas práticas de ensino e a inexecutabilidade dos programas escolares.

Nosso caso em estudo também retratou tal situação. O professor Adriano Mânica<sup>7</sup>, morador da comunidade de Barra Grande, relatou algumas das dificuldades que enfrentou quando trabalhou na primeira escola da comunidade em 1960 como professor estadual e também como professor municipal: precariedade física do prédio escolar, falta de formação, falta de materiais pedagógicos, o número elevado de alunos em turma multisseriada, a falta de recebimento do salário da prefeitura e estado, a acumulação de funções do professor, pois além de professor desempenhava na escola o papel de carpinteiro, zelador, merendeiro, secretário...

## **A OFERTA DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO CAMPO EM ITAPEJARA D'OESTE**

A literatura consultada tem nos indicado que os educandos do campo passaram a ter acesso aos anos finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio somente a partir dos processos de consolidação ou nucleação de escolas, em sua maioria ocorridos a partir da década de 1990.

Isto significa que a oferta destas etapas de ensino no campo foi mínima ou inexistente em muitos municípios, pois na maioria dos casos os processos de consolidação ou nucleação de escolas se deram na zona urbana através da utilização do transporte escolar. De acordo com Farias (2014), na região Sudoeste do Paraná, apenas alguns municípios fizeram a opção por nuclearizar as escolas no campo. Na maioria dos casos as crianças foram transportadas para as regiões urbanas.

---

<sup>7</sup> Posteriormente assumiu a direção da Escola Estadual Carlos Gomes de 1983 a 1996. Concedeu-nos entrevista na data de 06/06/2015.

Itapejara D'Oeste não se encontra entre os municípios em que esta oferta não existiu. O município, ao longo da sua história, ofertou o ensino fundamental completo no campo, porém, em apenas duas comunidades vizinhas e atendendo uma minoria da população do campo. Essa oferta, no entanto, não foi resultado de um processo de consolidação ou nucleação de escolas. Foi resultado de reivindicações e mobilizações de ambas as comunidades, pois contavam com a oferta apenas das séries primárias. Segundo a professora Luiza Vendrusculo Forner (2015)<sup>8</sup> as pessoas estudavam até 4ª série e não podiam mais continuar, não se tinha acesso as demais séries e etapas de ensino, então as famílias se mobilizaram de diversas formas e conseguiram a oferta dos anos finais do Ensino Fundamental nas duas comunidades estudadas.

Os relatos, bem como os documentos escolares (atas escolares), evidenciaram que essa oferta foi carente em diversos aspectos. Diante disso, as famílias contribuía financeiramente para a manutenção das escolas que ofertaram os anos finais do Ensino Fundamental. Pais e professores organizavam eventos para arrecadar fundos para custear as despesas e necessidades das escolas, além disso, diversas despesas eram assumidas pelas famílias como: pagamento da luz elétrica do prédio escolar; deslocamento dos professores, que vinham da sede do município até a comunidade; pagamento do salário da zeladora; complementação da merenda escolar, assinaturas de revistas, compra de vídeo e televisão e aquisição de livros de pesquisa.

## **AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO E A REDUCAO DAS MATRÍCULAS NO CAMPO EM ITAPEJARA D'OESTE**

As escolas das comunidades pesquisadas passaram por um processo de redução contínua de matrículas a partir da década de 1970 e 1980. No caso da comunidade de Lageado Bonito, as três escolas existentes foram fechadas no decorrer dos anos. No caso da comunidade de Barra Grande, duas das três escolas foram cessadas. A que se manteve passou pelo processo de municipalização dos anos iniciais do Ensino Fundamental e vem, ao longo das últimas décadas, resistindo às tentativas de fechamento devido ao número reduzido de estudantes.

---

<sup>8</sup> A professora Luiza Vendrusculo Forner atuou na Escola Estadual de Lageado Bonito e ainda atua no Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes, sendo que nesta instituição escolar atuou na direção no ano de 2000. Concedeu-nos entrevista na data de 12/06/2015.

A diminuição de matrículas das comunidades em estudo reflete a perda de população do campo que estava acometendo o município neste período, como demonstram os dados dos censos demográficos na tabela abaixo.

**Tabela 1: População urbana, rural e total do Município de Itapejara D'Oeste**

<b>ANO</b>	<b>URBANA</b>	<b>RURAL</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1970</b>	2.146	7.929	10.075
<b>1980</b>	3.064	7.046	10.110
<b>1991</b>	3.909	5.136	9.045
<b>1996*</b>	4.108	4.805	8.913
<b>2000</b>	4.961	4.201	9.162
<b>2010</b>	6.987	3.544	10.531
<b>2014**</b>	ND***	ND	11.335

\* **Fonte:** IBGE (2015), Contagem Populacional.

\*\* **Fonte:** IBGE (2015), População Estimada.

\*\*\* **ND:** Dados não-disponíveis.

De acordo com Mondardo (2011), no caso específico do estado do Paraná, a região Sudoeste está entre as regiões que mais expulsou pessoas do campo, no período de 1970 a 2000, para regiões de destaque industrial, como Região Metropolitana Curitiba e Oeste paranaense. O principal fator, apontado pelo autor, para que a região Sudoeste do Paraná apresentasse nesse período esse processo de acentuada e acelerada expulsão da população está relacionado as alterações oriundas do processo de modernização da agricultura.

Vários autores<sup>9</sup> têm-nos apontado que a redução da população camponesa e aumento da população urbana no Brasil tem sido um dos efeitos decorrentes da expansão do capitalismo no campo, pois serviu para garantir e intensificar as desigualdades sociais no campo, na medida em que ampliou os índices de concentração da terra e da renda, privilegiando os médios e grandes proprietários agrícolas enquanto que aos demais trabalhadores do campo ocasionou exclusão, expropriação, exploração e desemprego.

Esses efeitos foram fundamentais para a redução da população do campo, como foram os principais motivos pelos quais milhões de pessoas foram expulsas do campo e migraram para as regiões urbanas para sofrerem, na maioria das vezes, processos de exploração também nas cidades.

<sup>9</sup> Bonamigo e Silva (2012); Carvalho (2005); Carvalho e Waquil (2002); Fleischfresser (1988); Martins (1993); Mondardo (2011); Renner e Patarra (1980); Silva (2004).

Nosso caso em estudo reforçou essa constatação. Os relatos dos sujeitos entrevistados evidenciaram que a adoção de um modelo de agricultura capitalista expropriou e excluiu os pequenos agricultores culminando na expulsão dos mesmos do campo que saíram em busca de sobrevivência e de condições de vida supostamente melhores. Consequentemente, iniciou-se um processo de contínua redução das matrículas das escolas no campo.

## **FECHAMENTO E TENTATIVAS DE FECHAMENTO DAS ESCOLAS NO CAMPO: ASPECTOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS**

Nossa pesquisa demonstrou que o número total de 44 escolas no campo em Itapejara D'Oeste foi diminuindo ao longo dos anos. As escolas pesquisadas, ou seja, as escolas estaduais com a oferta dos anos finais do Ensino Fundamental, passaram a sofrer tentativas de fechamento a partir de meados da década de 1990, quando o município passa a executar uma política de nuclearização das escolas municipais no campo por meio da oferta do transporte escolar, o que desencadeou um número significativo de fechamento dessas escolas.

É nesse contexto que, a partir de 1996, registros e relatos passam a demonstrar as tentativas de fechamento e as resistências das comunidades das duas escolas estaduais em estudo. A forma como foi organizado o transporte escolar direcionando os estudantes para a zona urbana contribuiu de forma determinante para o processo de fechamento de uma dessas escolas e contribuiu para a redução de matrículas na outra escola que ainda resiste ao fechamento.

As justificativas dos poderes públicos para as tentativas de fechamento sempre se pautaram pelo princípio econômico-quantitativo, afirmando gastos elevados para a manutenção da escola no campo com pouco estudantes. De acordo com Sujeito C (2015), a principal dificuldade do Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes diante das investidas de fechamento estava relacionada à “falta de alunos, porque daí eles (as autoridades, o Núcleo Regional de Educação) diziam que era muito caro manter a escola com pouco aluno”.

De acordo com Munarim (2011, p. 53), em se tratando do fechamento das escolas no campo executado por governos estaduais e municipais, vigorou a “racionalidade econômico-financeira e a ideologia do desenvolvimento capitalista urbanocentrado”. O que significa isso? Na visão desses governos, “fechar uma escola no campo e transportar os alunos remanescentes é menos oneroso ao erário público e, de quebra, mais civilizatório ou modernizante”. Afinal, ainda nessa visão, a escola urbana seria o

ideal almejado por todos. De fato, apenas pelo viés econômico-quantitativo,

[...] hoje uma escola com menos de 60 alunos não se paga. A *per capita* do FUNDEB para uma escola que tenha menos de 60 alunos não é viável. Ou seja, a prefeitura não consegue manter essa escola [...] Há um discurso, uma fala sobre “não fechar escolas”, mas não se tem nenhuma política de complementação para além do FUNDEB para essas escolas. [...] há uma discussão interna no governo federal para dar conta disso, mas este é um exemplo que de fato a política que existe está muito aquém da realidade (ANHAIA, 2013 apud GHEDINI, 2015, p. 300).

Diante disso, Taffarel e Munarim (2015, p. 48) conclamam aos gestores locais, principalmente dirigentes municipais de educação, a “empreenderem lutas internas na relação dos entes federados por fundos públicos diferenciados para o tratamento da questão das escolas do campo”, pois é certo que a questão de fechamento de escolas no campo envolve o aspecto do financiamento.

A defesa por fundos públicos diferenciados quando se trata de Educação do Campo pode ser justificada se considerarmos o “déficit histórico acumulado no que concerne à educação dos povos do campo, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade” e os altíssimos custos “humanos e mesmo econômicos do êxodo rural involuntário e das concentrações urbanas desordenadas” (PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2008, sp.).

A questão de fechamento de escolas extrapola o âmbito econômico-quantitativo. Historicamente, não se considerou as consequências negativas sociais resultantes dos processos de fechamento de escolas no campo aos sujeitos e comunidades inteiras. Até porque, segundo Munarim (2011), a prática de fechamento de escolas no campo integrou uma estratégia de imposição da agricultura industrial e de mercado por meio justamente da “desterritorialização” das populações rurais tradicionais (MUNARIM, 2011, p. 53).

As escolas no campo não são espaços apenas de educação formal, são instituições que representam papéis fundamentais dentro das comunidades do campo. Vários autores já vêm indicando isso e em nossa pesquisa este também foi um aspecto marcante.

De acordo com Ferreira e Brandão (2012), as escolas no campo servem também como espaço para discutir questões de interesse da comunidade local. Para Mariano e Sapelli (2014), a escola é um espaço de encontro e de organização coletiva da comunidade.

Os efeitos danosos dos fechamentos de escolas no campo sobre as comunidades também têm sido denunciados em algumas pesquisas. Tibucheski (2011), a partir da experiência no município paranaense de Araucária, ressalta que a desativação da escola



empobreceu sua respectiva comunidade, pois a escola sempre foi vista como um símbolo de fortalecimento do local. Da mesma forma, Vendramini (2004), ao referir-se ao Estado de Santa Catarina, enfatiza que o fechamento das escolas no campo promoveu o enfraquecimento das comunidades locais, pois a escola possibilitava também formas de articulação entre os sujeitos que atendia. Ghedini (2015) também afirma que os processos de nucleação escolar contribuíram de forma determinante para o desenraizamento dos sujeitos, acelerando o desaparecimento de muitas comunidades.

Várias entrevistas que realizamos confirmam os estudos acima. Para Forner (2015), a ação de nuclearizar as escolas e o consequente fechamento das escolas no campo “acabou com o interior, acabou com o interior, terminou, certeza”! Sujeito D (2015), ao referir-se à comunidade de Lageado Bonito após o fechamento da instituição escolar, afirmou que o fato de ter perdido a escola foi “muito ruim pra comunidade, pro desenvolvimento dela, porque, veja, tinha escola, é uma comunidade grande, você, veja, hoje em dia por causa da escola nem votação (votações eleitorais) não tem mais lá”.

O senhor Arlindo Casiraghi (2015) também foi enfático quanto a tal questão:

[...] se começa fechar escola, termina os lugares, as vilas se terminam. Isso não adianta; dá pra ver, o Bonito o que aconteceu. [...] Faz falta, a escola faz falta, porque ela ajuda a manter o lugarzinho e se não tudo pende pra ir pros centros [...] É porque... daí fica aquele povo por aqui, gastam aqui. Então já ajuda o lugar. Ah! Vamos dizer assim: quando tem movimento pode ter uma bodega a mais, uma loja a mais e assim vai.

Até aqui é possível questionarmos: como reduzir esses aspectos sociais e culturais a uma simples questão de racionalidade técnico-financeira? Realmente não há possibilidade e, por isso, é necessária uma outra análise quando se trata de fechamento de escolas no campo, no sentido de exigir mais cautela e estudo, o que poderá interromper algumas decisões de fechamento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em relação à oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental, o município de Itapejara D'Oeste apresentou as características do contexto nacional. Escolas multisseriadas, em sua maioria com um único professor leigo e que ainda desempenhava inúmeras funções. Escolas excludentes marcadas por múltiplas carências e altos índices de evasão e repetência.

Quanto à oferta dos anos finais do Ensino Fundamental, Itapejara D'Oeste apresentou suas especificidades. Ofertou essa etapa de ensino em apenas duas

comunidades próximas uma da outra, mas essa oferta não foi resultado de processos de nuclearização de escolas no campo, tampouco foi resultante de uma política pública pensada com o intuito de atender as populações do campo no campo. Foi resultado de reivindicações e mobilizações de ambas as comunidades que conseguiram juntar forças políticas, mesmo que eleitoreiras, em favor de tal reivindicação.

Aliás, tanto na oferta dos anos iniciais quanto na oferta dos anos finais do Ensino Fundamental, as comunidades, de certa forma, e por muito tempo mantiveram suas escolas financeiramente; dedicando tempo e esforços para ter assegurado o direito ao acesso à educação escolar que por muito tempo lhes foi negado ou lhes foi ofertado de forma precária evidenciando o descaso do poder público com as populações camponesas.

Além disso, quando porém, essa população passa a sofrer com os efeitos de um modelo de agricultura excludente e expropriatório, que resulta na expulsão dos trabalhadores do campo ocasionando a redução da população camponesa, aquelas instituições escolares que, mesmo com suas contradições e inúmeras carências possibilitaram o direito ao acesso escolar à essa população, passaram a ser alvo de fechamentos compulsórios ou tentativas de fechamentos.

Passou a vigorar apenas o aspecto econômico-quantitativo. Nas políticas de fechamento de escolas no campo não foram e não são contabilizados aspectos sociais e culturais. Não foram e não são consideradas as consequências negativas sociais resultantes desses processos aos sujeitos e comunidades inteiras. O aspecto econômico, nesse caso, deve sim ser observado, mas deve ser considerada também toda a dívida histórica com a educação dos povos do campo. E aqui acreditamos estar a contribuição dessa pesquisa: integrar um conjunto de estudos que já vêm demonstrando a necessidade de superar olhares estritamente econômicos quando se trata do fechamento de escolas no campo.

## REFERÊNCIAS

BONAMIGO, C. A. e SILVA, V. da. Do campo para a cidade: transformações socioculturais no trabalho camponês. **Akrópolis**, Umuarama, v. 20, n. 2, p. 125-137, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/akropolis/article/view/4648/2771>>. Acesso em 22 jan 2015.

CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CARVALHO, S. C. de; WAQUIL, P. D. Os condicionantes econômicos internos das migrações no Paraná entre 1970 e 1996. In: CUNHA, M. S. da.; SHIKIDA, P. F. A.; ROCHA JUNIOR, W. F. da (orgs.). **Agronegócio paranaense: potencialidades e desafios**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002, p. 125-143.

FARIAS, M. I. **Os processos de territorialização e desterritorialização da Educação do Campo no Sudoeste do Paraná**. 2013. 129f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” Faculdade De Ciências E Tecnologia, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <[http://www.ippri.unesp.br/Home/pos-graduacao/desenvolvimentoterritorialnaamericalatinaecaribe/dissertacao\\_mariaisabelfarias.pdf](http://www.ippri.unesp.br/Home/pos-graduacao/desenvolvimentoterritorialnaamericalatinaecaribe/dissertacao_mariaisabelfarias.pdf)> Acesso em 06 abr. 2015.

FERREIRA, F. de J.; BRANDÃO, E. C. Educação e políticas de fechamento de escolas do campo. In: VIII SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS NO SÉCULO XXI: 25 A 28 DE JUNHO DE 2012, Marília, SP. **Anais...** Marília, SP: UNESP, 2012. 1 CD-ROM, p. 1-15. Disponível em: <[http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/educacao\\_e\\_politica.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/educacao_e_politica.pdf)>.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988.

GHEDINI, C. M. **A Produção da Educação do Campo no Brasil: das referências históricas à institucionalização**. 2015. 340 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411120&search=parana%7Btaperjara-d`oeste%7Binfograficos:-historico>>. Acesso em: 24 de mar. de 2015.

MARIANO, A. S.; SAPELLI, M. L. S. Fechar escola é crime social: causas, impacto e esforços coletivos contra o fechamento de escolas no campo. In: 6 Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais; 2 Seminário de Direitos Humanos. Toledo, PR. **Anais...** Toledo, Paraná: UNIOESTE, 2014, p. 1-16. Disponível em: <<http://cac.php.unioeste.br/eventos/Anais/servico-social/trabalhocompleto.html>>. Acesso em: 02 jul.2015.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. EDITORA HUCITEC. São Paulo, 1993. P. 107-174.

MONDARDO, M. L. A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio

de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 103-131, jan./jun. 2011. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v28n1/a06v28n1.pdf>>. Acesso em 26 ago 2014.

MUNARIM, A. Educação do Campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 51-63, abr. 2011. Disponível em:  
<<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/3953/2281>>. Acesso em 08 dez. 2015.

PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Brasília, 2008.  
Disponível em: <  
[http://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/pacto\\_da\\_educacao\\_do\\_campo\\_-\\_ltima\\_verso\\_2.pdf](http://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/pacto_da_educacao_do_campo_-_ltima_verso_2.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2016.

RENNER, C. H. e PATARRA, N. L. Migrações. In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECZÁNYI, T. (orgs). **Dinâmica da população**: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, p. 236-260.

SILVA, M. A. de M. **A luta pela terra**: experiências e memória. São Paulo: UNESP, 2004. p.09-41.

SOUZA, R. F. de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008, p. 19-86.

TAFFAREL, C. Z.; MUNARIM, A. Pátria educadora e fechamento de escolas do campo: o crime continua. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 17, n. 35, p. 41-51, maio/ago. 2015.  
Disponível em: <  
<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3053/1741>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

TIBUCHESKI, J. K. **Educação rural no município de Araucária/PR**: de escolas isoladas a escolas consolidadas. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná - UTP, Curitiba, 2011. Disponível em: <[http://tede.utp.br/tde\\_arquivos/1/TDE-2012-10-30T174521Z-277/Publico/EDUCACAO%20RURAL%20NO%20MUNICIPIO%20DE%20ARAUCARIA.pdf](http://tede.utp.br/tde_arquivos/1/TDE-2012-10-30T174521Z-277/Publico/EDUCACAO%20RURAL%20NO%20MUNICIPIO%20DE%20ARAUCARIA.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2014.

VENDRAMINI, C. R. A escola diante do multifacetado espaço rural. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n.01, p. 145-165, jan./jun. 2004. Disponível em:  
<[http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva\\_2004\\_01/09\\_artigo\\_vendramini.pdf](http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2004_01/09_artigo_vendramini.pdf)>. Acesso em: 14 maio 2014.